



ENTRE PALAVRAS E RIOS: O DISCURSO CIVILIZATÓRIO E O SILENCIAMENTO DAS MEMÓRIAS; ESTUDO DA SÉRIE TRANSAMAZÔNICA - UMA ESTRADA PARA O PASSADO, NO CONTEXTO NO NORTE DO TOCANTINS

BETWEEN WORDS AND RIVERS: THE CIVILIZING DISCOURSE AND THE SILENCING OF MEMORIES; STUDY OF THE TRANSAMAZONICA SERIES - A ROAD TO THE PAST IN THE CONTEXT OF THE NORTHERN TOCANTINS

Augusto César Ferreira Barbosa ¹
Plábio Marcos Martins Desidério ²

Resumo: Neste artigo mobilizamos algumas reflexões sobre as representações contidas acerca dos rios Araguaia e Tocantins que estão presentes na série Transamazônica - uma estrada para o passado (2020). As entrevistas aqui recolhidas foram utilizadas como fio condutor para as reflexões sobre o imaginário coletivo sobre a região. Na medida em que o objetivo do texto é, essencialmente, discutir os conceitos de “civilização”, “progresso” e “colonização”; e como esses conceitos-discursos foram utilizados dentro de um “projeto civilizacional” que fora dinamizado pelos agentes do Estado brasileiro. A discussão do artigo, portanto, mostrou as diversas temporalidades do capital, do Estado e das pessoas/comunidades que foram impactadas pela construção da rodovia no contexto histórico regional do norte do Tocantins.

Palavras-chave: Natureza. Tocantins. Cerrado. Rios. Transamazônica.

Abstract : In this article we mobilize some reflections on the representations contained about the Araguaia and Tocantins rivers that are present in the series Transamazônica - a road to the past (2020). The collections collected here were used as a guide for reflections on the collective imagination of the region. The objective of the text is, essentially, to discuss the concepts of “civilization”, “progress” and “colonization”; and how these concepts-discourses were used in a “civilizational project” that had been dynamized by agents of the Brazilian State. The discussion of the article, therefore, showed the various temporalities of the capital, the State and the people/communities that were impacted by the construction of the highway in the historical regional context of northern Tocantins.

Keywords: Nature. Tocantins. Cerrado. Rivers. Transamazônica.

-
- ¹ Possui graduação em História pela Universidade Federal do Tocantins (2016). Mestrado em Ensino de História pela Universidade Federal do Tocantins (2021). Atualmente é professor no Colégio Estadual Getúlio Vargas. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1677168364164530>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2990-1008>. E-mail: masteraugustocesar@gmail.com
 - ² Doutor em Comunicação pela UNB (2013). Mestre em Sociologia (UFG) e Graduado em Filosofia (2000). Professor do curso de História da Universidade Federal do Norte do Tocantins e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1698634579106922>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2819-9846>. E-mail: plabio@uft.edu.br
- 

“Será que aqui vivem tamanhos patifes que até as plantas finam-se por causa deles!? Pois isso é triste demais: o homem vai vivendo e planta um deserto ao redor de si!” (Makar, o duvidador).

Introdução

Nas últimas décadas temos observado diversas pesquisas sobre o Estado do Tocantins. Visto que as análises produzidas por cientistas sociais avançam sobre os mais variados prismas: sociocultural, econômico, religioso, gênero, político, ambiental entre outros enfoques, mas que direcionam o olhar sobre as dinâmicas, possibilidades e projetos aplicados sobre a região tocantinense. Em resumo, o Tocantins, enquanto “objeto/tema”, é analisado e busca ser “compreendido” a partir das múltiplas relações desenvolvidas pelos sujeitos sociais que ali convivem e transitam.

A região é um espaço, novamente, de trânsito entre populações da região Nordeste e fronteira com o “Grande Norte”. Pertencente a Região Norte, o Tocantins, enquanto Estado autônomo, possui uma população estimada, de acordo com os dados fornecidos pelo IBGE, em aproximadamente 1.590.248 pessoas. E com uma faixa territorial de 277.423,630 km², deixando-o na décima posição em extensão territorial quando comparado aos demais estados do país. Ainda sobre as questões de ordem geográfica, a região é conhecida como interflúvio devido aos rios que cortam o Estado: Rio Araguaia e o Rio Tocantins. Esses dois rios são utilizados como meio de navegação de mercadorias, de trânsito entre pessoas, na produção da indústria da região e como recurso hídrico para o abastecimento de água potável à população do Estado.

Portanto é preciso compreender as disputas que giram em torno da sociedade tocantinense. Os limites e extrapolações sobre o gerenciamento dos recursos naturais, da aplicação de leis, punições e possibilidades para os diferentes grupos sociais que atuam nesse território: quais os projetos a serem implementados; por quem; e para quem; quais interesses estão em jogo e quais as implicações dessas medidas nesse universo social. Essas inquietações permanecem e permitem refletir sobre as tensões que ocorrem na região.

Por outro lado, a região está no centro do debate político nas últimas décadas, visto que novas demandas, embates, discursos e narrativas a respeito das políticas a serem implementadas nesse Estado estão em pauta diariamente. Vale ressaltar que o Tocantins é um território em formação e em disputa histórico-político-econômico. E seguindo a definição dada por MEDEIROS (2009), todo território é inicialmente:

[...] um espaço cultural de identificação ou de pertencimento e a sua apropriação só acontece em um segundo momento. O território é, assim como um espaço político, um jogo político, um lugar de poder. Definir seus limites, recortá-lo, é sinônimo de dominação, de controle. [...] Negar o território é o risco da crise. O território é pois, esta parcela do espaço enraizada numa mesma identidade e que reúne indivíduos com o mesmo sentimento (MEDEIROS, 2009. p.217).

O Estado do Tocantins (na época norte de Goiás), portanto, foi um dos estados impactos pela construção da rodovia Transamazônica e que estava no escopo dos grandes projetos de desenvolvimento do governo militar no Brasil (1964-1985). Uma das formas de compreender o processo de ocupação da região e os conflitos gerados por esses projetos é recorrer à produções audiovisuais que procuram produzir narrativas sobre os diversos processos sociais e históricos advindos das mudanças ocorridas na região Norte do Brasil.

Para tensionar essas questões a série Transamazônica: uma estrada para o passado, produzida e exibida pela HBO no Brasil contribuirá para compreender como a relação entre o capital e o Estado contribui para expandir a ocupação e a degradação humana e ambiental da região

Amazônica. Para atender a problematização deste artigo recorreremos especificamente ao segundo episódio da série que trata da chegada da rodovia à região norte do Tocantins (antigo norte goiano) atravessando os rios Tocantins e Araguaia.

A série televisiva *Transamazônica* é uma revisitação do filme *Iracema*¹, mas também avança em outros temas. Ela foi produzida pela HBO Brasil, empresa pertencente ao grupo de mídia Warner com sede nos EUA. A série se desenvolve em seis episódios com duração de cinquenta e poucos minutos cada episódio. A produção foi realizada em 2016, mas apenas em 2021 que foi lançada na plataforma de *streaming* da empresa e no serviço de assinatura da TV. Os diretores principais são Jorge Bodanzky e Fabiano Maciel

A série procura tematizar nesse episódio a importância dos rios e sua relação com as pessoas oriundas de diversas regiões do Brasil para ocupar a terra. O imaginário de terra prometida permeia as motivações dessas pessoas. Para entender essa dinâmica recorreremos às cenas desse episódio que tratam do tema e exploram a intersecção entre o processo de ocupação/exploração da região, a importância dos rios, as transformações da paisagem e como isso foi abordado pela série da HBO. Recorreremos também às declarações do diretor da série Jorge Bodanzky realizadas numa entrevista sobre o tema a ser explorado. O artigo se organiza em dois momentos: o primeiro procura discutir a expansão do Estado e a relação com o capital para ocupação da região Amazônica através da construção da rodovia *Transamazônica*. Em outro momento compreendemos como a série *Transamazônica*: uma estrada para o passado, com o recorte do primeiro episódio (Tudo começa no mar do Nordeste) e o segundo episódio (Da Guerra de Guerrilha à Guerra Pela Terra) destacaram essas questões.

O neoextrativismo e a degradação na região do Cerrado

Atualmente, o discurso que se impõe no interior da mecânica do Estado está relacionado aos interesses do capital estrangeiro e de novas abordagens acerca do processo de produção de mercadorias e produtos. Como referência aos escritos de ACOSTA (2016), a natureza é objetificada e instrumentalizada, em maior ou menor escala, a fim de atender os interesses do “governante da vez” – independente do espectro político a qual está vinculado.

Os governantes “progressistas” tratam de acelerar o salto à ansiada Modernidade impulsionando o extrativismo como uma espécie de modernização passadista baseada na maior presença do Estado. Prometendo, inclusive, superar o extrativismo com mais extrativismo. Parece que os governos “progressistas”, para além do discurso, não são capazes de desenhar e levar a cabo opções alternativas à modalidade de acumulação extrativista (ACOSTA, 2016. p. 114)

De acordo com as análises realizadas por SVAMPA (2019), a América Latina, como um todo, está a vivenciar nas últimas décadas a intensificação dessa dinâmica de exploração, em que a autora define como *neoextrativismo*:

O neoextrativismo contemporâneo pode ser caracterizado como um modelo de desenvolvimento baseado na superexploração de bens naturais, cada vez mais escassos, em grande parte não renováveis, assim como na expansão das fronteiras de exploração para territórios antes considerados improdutivos do ponto de vista do capital (SVAMPA, 2019. p. 33).

1 O filme *Iracema*: uma transa amazônica foi dirigido por Jorge Bodanzky e Orlando Senna em 1974, mas o lançamento só foi permitido em 1981 no Brasil.

Nesse sentido, o neoextrativismo (SVAMPA, 2019) condiciona territórios que não fazem parte da doutrina do capital a serem integrados, por vezes à força por agentes públicos/privados ou por convencimento da opinião pública por meio da imprensa, à economia global. O projeto de “integração” é realizado das mais diferentes formas: os territórios, cada qual a sua maneira, são condicionados por interesses políticos e econômicos a participarem da “onda desenvolvimentista” que assola, ainda hoje, todo o “Cone Sul”. Nesse panorama, a natureza e a biodiversidade rica do continente são atreladas à obtenção de lucro por meio da movimentação do capital. Em que os recursos naturais, tão caros a região, são capitalizados em torno da exploração em diferentes escalas, dentre os casos mais comuns e promovidos pela gestão estatal estão as práticas baseadas na “economia extrativista”: petróleo, gás, garimpagem de minérios – ouro, cobre, zinco, prata, estanho etc. – além da produção de gêneros alimentares que são direcionados, em sua grande parte, para a exportação ao mercado global, tais como: dendê, soja, cana de açúcar, pecuária, eucalipto, piscicultura – e a consolidação de programas de ordem Federal e Estatal relacionados a hidrovias, rodovias, portos, gasodutos, hidrelétricas entre outras obras que visam “integrar” a região a dinâmica de produção e de lucro.

Lembremos que a ideia e o processo descrito pelo *neoextrativismo* não é novo em si, visto que a natureza dessa prática pode ser visualizada/analisaada como processo que se encontra intercalado com a própria história do continente americano. Os discursos da defesa da chegada da civilização, do contato com o “Mundo Novo”, da “técnica”, da “indústria” e da “cultura ocidental” é fruto da dicotomia: civilização/barbárie. Como escreverá PRADO (2014), a natureza é definida, pelos interesses econômicos vigentes e pelo poder político, científico, essencialmente como espaço a ser “colonizado”, “integrado” pela presença humana, na medida em que é tratada de forma “coisificada” pelo discurso desenvolvimentista ao “observá-la, medi-la, descrevê-la, classificá-la e rotulá-la”. (PRADO, 2014. p. 179) para, nesse feito, dominá-la para estar apta a servir os desígnios da civilização.

“Esse *modus operandi* do conquistador” – como projeto/discurso de civilizar a natureza e os corpos - segundo a reflexão proposta por ARÁOZ (2016), busca gerenciar e promover ações sobre a natureza na modernidade, na medida em que esse ímpeto:

[...] está quintessência do sujeito moderno, do protótipo do indivíduo racional, que, já materializado em seus papéis de cientista, de empresário ou de funcionário estatal (intercambiavelmente) arrogou-se o monopólio do tratamento e da disposição (já “científica”, já “eficiente”, já “legal”) da Natureza. Assim, a partir de então e até a atualidade, a Natureza-vida, já relegada à sua condição de mero recurso, será pensada de modo linear, concebida e tratada como *objeto de conquista* e de exploração a serviço da acumulação (ARÁOZ, 2016. p. 455)

Nesse sistema de apropriação da natureza, dentro das lógicas e práticas presentes na América Latina, introduziu todo um conjunto de práticas que podem ser consideradas como *neoextrativismo* (SVAMPA, 2019) – já apontadas aqui – tem como uns dos objetivos o “atendimento” e a venda de produtos e mercadorias ao mercado global. Quando direcionamos o “olhar” sobre o Brasil o discurso se apresenta de forma semelhante ao que ocorre em todo o continente americano, na medida é visível, quando analisados caso a caso, observar os “rastros” desse tipo de projeto de classificação sobre o “ambiente natural” nos diferentes biomas e regiões que compõem o território brasileiro.

Se retornarmos, rapidamente a atenção ao período colonial podemos inferir e avaliar o impacto desse tipo (s) de discurso(s) sobre as terras do “Brasil edênico”, da “natureza virgem”, como fora descrito por HOLANDA (2010) ao apontar a relação do Estado, primeiro português, depois brasileiro, em sobre o domínio do território - leia-se terra -, enquanto objeto de interesse essencialmente econômico, mas também político:

Teremos também os nossos eldorados. O das minas, certamente, mas ainda o do açúcar, o do tabaco, de tantos

outros gêneros agrícolas, que se tiram da terra fértil, enquanto fértil, como o ouro se extrai, até esgotar-se, do cascalho, sem retribuição de benefícios. A profissão dos milagres há de continuar assim através de todo o período colonial, e não a interromperá a Independência, sequer, ou a República (HOLANDA, 2010. p. 469)

A conclusão do pensamento de Holanda (2010), possibilita encontrar “ecos” desse imaginário místico sobre o território brasileiro no próprio hino do Estado do Tocantins. A composição fora aprovada pela Lei nº 977, de 30 de abril 1998, e promulgada pelo governador em exercício Raimundo Nonato Pires dos Santos, vulgo “Raimundo Boi” (1998-1999), redigido por Liberato Costa Póvoa e musicalizado por Abiezer Alves da Rocha. Aqui, reproduzimos parcialmente o refrão:

“Teus rios, tuas matas, tua imensidão, / Teu belo Araguaia lembram o paraíso. / Tua rica história / Guardo na memória, / Pela tua glória / Morro, se preciso!”.

Novamente, o ímpeto apresentado no hino tocantinense está sedimentado no mito do desbravador/conquistador que avança sobre a natureza indomável e virgem – mas bela, paradisíaca – e que necessita ser controlada pelo uso da força, da técnica, em nome da realização pessoal – “pela tua glória” – mesmo que possa resultar no sacrifício da mente ou do corpo como ato final da luta pela sobrevivência e pela perpetuação da civilização nesse novo território. É passível de identificação, quando lemos a manifestação dada por DESJARDINS (2006), que ainda permanece as pressões políticas acerca do controle do ambiente natural, na medida em que os paralelos existentes entre os discursos – propagados intencionalmente pelos grupos econômicos – manifestam e costumam “ênfatizar somente o valor instrumental da natureza” em que é tratado como passível de ser mercantiliza, pois:

[...] significa dizer que a natureza é mantida como verdadeira refém dos interesses e das necessidades humanas, e isso evoca a necessidade de realizar concessões e transações entre interesses humanos que podem se modificar e competir entre si ao longo do tempo (DESJARDINS, 2006. p. 130).

E nessa abordagem, o discurso civilizacional do progresso, do ocidente civilizado, da técnica e do desenvolvimentismo representam, não só a implementação de interesses do grande capital que ampliam a sua margem de projetos, mas também afirmam por meios de políticas do Estado manifestações do desejo humano que condicionam a natureza a um mero “objeto” a ser manipulado, controlado e, por vezes, silenciado. Em que se diferencia, essencialmente, da abordagem defendida pelas comunidades tradicionais, dos sertanistas e dos ribeirinhos em que a relação com o território é diferenciada. Como salienta Ramos (1986, p.13) sobre essa questão: “[...] a terra é muito mais do que simples meio de subsistência. Ela representa o suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crenças e conhecimento. Não é apenas um recurso natural - é tão importante quanto este - é um recurso sociocultural”. Essa relação pode ser observada pela fala do líder indígena e ambientalista Krenak (2020) ao defender uma ética fora do *antropoceno*, em que salienta que “quando despersonalizamos o rio, a montanha, quando tiramos deles os seus sentidos, considerando que isso é atributo exclusivo dos humanos, nós liberamos esses lugares para que se tornem resíduos da atividade industrial e extrativista” (KRENACK, 2020. p. 49)

Entre paisagens e processos

Afirmamos durante a primeira parte do texto que o Tocantins é, em síntese, um território em formação e que está sendo disputado – simbólica e politicamente - por diferentes grupos acerca do sentido de “ser/sentir” nesta região. A luta pela identidade da região carrega discursos historicamente construídos e que permeiam todo o conjunto de sociabilidades, práticas e significados das populações que habitam esse território e que estão, cada qual a sua maneira, lutando para afirmar-se enquanto grupo por meio da vivência em relação ao território e pela busca

do reconhecimento de suas práticas enquanto grupo social.²

A região, com mais intensidade em meados da segunda metade do século XX, passou por transformações significativas em seu território. Especialmente quando ligamos o discurso do Estado à tentativa de impor às populações e comunidades tradicionais sob o estigma do “espectro do progresso” por meio da chegada da civilização. Em que era necessário, segundo o discurso do Estado Brasileiro é expresso em letras garrafais pelo *slogan* implementado durante a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985) de “integrar para não entregar”, colonizando a região. Como escreverá MEDEIROS (2019), a política do Estado – enquanto aparelho político/administrativo – era direcionada ao povoamento das regiões distantes dos grandes centros, nas palavras do autor: “Tratava-se agora de investir nas áreas de fronteira, habitadas por povos indígenas e posseiros, entendidos como obstáculos a serem removidos [...]” (MEDEIROS, 2019. p. 191).

Todavia, a região que hoje é o estado do Tocantins já foi e continua a ser alvo de políticas públicas e medidas administrativas do poder estatal a fim de colonizar e perpetuar, como definiu ELIAS (2011), o “processo civilizador” na região. Esse processo realizado e promovido pelo Estado brasileiro nos últimos séculos tem como objetivo sedimentar a presença da “civilização” – e suas implicações – “aos outros”, “os não civilizados”, “os não integrados”. Em resumo, o autor aponta que essencialmente:

[...] O processo civilizador não segue uma linha reta [...] Em escala menor, observamos os mais diversos movimentos que se entrecruzam, mudanças e surtos nesta ou naquela direção. Mas se estudamos o movimento da perspectiva de grandes períodos de tempo, vemos claramente que diminuem as compulsões originadas diretamente na ameaça do uso das armas e da força física, e que as formas de dependência que levam à regulação dos efeitos, sob a forma de autocontrole, gradualmente aumentam [...] (ELIAS, 2011. p. 178).

A necessidade do controle, de afirmação do poder estatal e de “civilizar os corpos” está conectado à projetos de integração e desenvolvimento da região e, que provoca, em maior ou menor grau, diferentes silenciamentos, embates e conflitos. De acordo com as análises realizadas por AB’SÁBER (2003):

Por dezenas de anos, a partir da década de 1960, a Amazônia foi apresentada ao mundo ocidental como uma região uniforme e monótona, pouco compartimentada e desprovida de diversidade fisiográfica e ecológica. Enfim, um espaço sem gente e sem história, passível de qualquer manipulação por meio de planejamentos realizados à distância ou sujeitos a propostas de obras faraônicas, vinculadas a um falso conceito ou sujeitos a propostas (AB’SÁBER, 2003. p. 79).

Além desse processo de integração, as populações que habitam, especialmente as comunidades tradicionais e sertanistas, nesse território estão à margem dessa dinâmica de produção. Como se a natureza de suas práticas, discursos e manifestações culturais e econômicas – fora do eixo neoextrativista estivessem deslocados do tempo e do espaço do restante do país. A região seria, nesse sentido, uma paisagem intocável, um éden a ser conquistado e/ou um território a ser industrializado pelas forças do progresso civilizatório. Ao mesmo tempo, as populações que vivem na região defendem que ela não é apenas um espaço de obtenção de riqueza ou de navegação, mas que possui características que ultrapassam o valor mercadológico.

DESCOLA (2016), disserta a respeito das transformações da paisagem da região, visto que esse progresso significa nesse sentido, a apropriação do território, do controle da região e implementação de uma política econômica agressiva aos grupos sociais que transitam e que vivem nesta região precisam resistir a chegada do progresso:

² Sobre essa relação entre pertencimento e identidade regional enquanto processo de luta política e histórica, confira o trabalho de RODRIGUES (2016). RODRIGUES, Jean Carlos. Território e identidade: o “Norte Goiano” e o discurso fundador Tocantinense no século XX. *EntreLetras*, v. 7, n. 1, p. 185-199, 2016.

[...] às companhias petrolíferas que fazem perfurações, constroem estrada de acesso e poluem os solos, os garimpeiros clandestinos à procura de ouro e pedras preciosas, os grandes proprietários de terras que enviam capangas para incendiar vilarejos, ocupar terras e destruir a floresta para criar gado, os missionários que tentam convertê-los, o exército que às vezes precede os missionários. Há todo um conjunto de forças nesses lugares [...]" (DESCOLA, 2016. p. 44).

As análises desenvolvidas por LEONEL (2020) vão de encontro diretamente com os escritos acerca da definição exposta por ELIAS (2011), sobre a ideia de "progresso" e "civilização", na medida que:

O progresso é a quebra da harmonia com o meio, com os outros seres, é o antropocentrismo acompanhado da perda da autonomia dos núcleos produtores e do abastecimento dependente do mercado. Há que se buscar explicações nas situações de carestia, na gradativa prioridade à produção de excedente, na explosão demográfica, nas guerras de conquista e expansão. A sociedade do excedente contribui para fundar a do desperdício [...] (LEONEL, 2020. p. 316).

No panorama exposto acima, a contribuição dos escritos de BESSE (2014) se torna necessária, visto que o autor convida à reflexão acerca do processo de capitalização da paisagem natural por meio de discursos que atendem as demandas do mercado interno e externo. Em linhas gerais, BESSE (2014), defende que a paisagem não se reduz apenas ao conjunto de constrições físicas e/ou materiais sobre a transformação do espaço pela ação humana, tão pouco se resume a relação produtiva com o espaço – o fazer sobre o território -, mas que carrega como salienta o autor *signos*, na medida em que "[...] a paisagem é um signo, ou um conjunto de signos, que se trata então de aprender a decifrar, a decifrar, num esforço de interpretação que é um esforço de conhecimento, e que vai, portanto, além da fruição e da emoção [...]", e conclui que "[...] não se trata, portanto, de negar o visível, mas de lhe atribuir, além de experiência sensível que dele se pode fazer, um outro estatuto, uma outra função: o visível revela algo. Ele exprime. O que quer dizer que ele não é unicamente uma representação" (BESSE, 2014. p.64) mas, nesse sentido, a paisagem enquanto relação entre sujeito-natureza; interligados.

Em debate semelhante sobre a questão do "vera paisagem" –além da ótica do neoextrativismo – pode ser encontrado nos trabalhos de COSGROVE (1993), que produziu discussões sobre o tema, além de contribuir no campo dos estudos da "geografia cultural" acerca do conceito de paisagem enquanto elemento constitutivo e participativo do ser – humano - em múltiplas possibilidades – ser, sentir, ver, consumir, entreter – a paisagem, nesse panorama, representa a conexão entre o sujeito e o locais onde transita como um "poderoso meio através do qual sentimentos, ideias e valores são expressos" (COSGROVE, 1993; CORRÊA, 2011) em que a natureza seria, nesse definição, uma síntese pictórica externa: portadora e produtora de transformações por meio da ação humana, do tempo e do espaço, em que é palco das ações políticas, econômicas, culturais e sociais em que a natureza se torna, portanto, um agente de transformação e transformadora de práticas que exerce e sofre influência – por meios de representações e práticas de outros grupos/agentes – em seu interior e fora dele.

Logo, não há, nesse sentido, a visão de uma natureza em estado puro, estática, atemporal, mas ao contrário, a natureza compreendida como espaço/território/paisagem que conserva a sua possibilidade de constante mudança em si (natureza) e aos outros (humanos). É, portanto, nessa síntese que a paisagem é constituída em suas potencialidades. No interior do conceito de *paisagem* as contribuições de COSGROVE (1993) quanto de BESSE (2014) articulam propostas sobre o desenvolvimento de um "olhar" mais próximo – em escala e de sentido - sobre a natureza. Em que pese a dinâmicas, significados e sentidos atribuídos a região enquanto cenário e agente de transformações e de práticas.

E o Tocantins enquanto região de fronteira está no centro desse debate – como porta de entrada para o Grande Norte - como apontou PICOLI (2006), a respeito do processo de colonização brasileiro no século XX:

O projeto de colonização da última fronteira brasileira, elaborado pela ditadura militar, não teve como objetivo assistir o caboclo da região, os problemas da seca do Nordeste, os problemas sociais do sul do país, muito menos beneficiar a grande maioria da população brasileira marginalização e despossuída. Esse projeto foi elaborado para beneficiar principalmente as grandes empresas nacionais e internacionais. Nasceu com a finalidade de colocar os produtos da Amazônia no mercado mundial e, por intermédio dos militares, internacionalizar a região com a expansão de grandes conglomerados capitalistas (PICOLI, 2006. p. 49).

Essa movimentação de novos colonizadores do espaço geográfico do cerrado era incentivada via projetos de colonização da região. Como conclui ANDERSON (2019): “[...] o Exército brasileiro constitui uma força política dentro de seu próprio território. Sua grande vocação tem sido a repressão em casa, não o combate fora dela. [...]”; e as comunidades tradicionais, sertanistas e indígenas foram anexados ao projeto desenvolvimentista por meio da força. Esse discurso de integração ao território nacional está explicitado na propaganda produzida e difundida pelo cinejornal brasileiro (1959-1986) - enquanto veículo oficial do Estado durante a Ditadura Militar - que exibia a população brasileira os grandes feitos da *marcha* para o progresso promovido pela *transamazônica* ao avançar sobre “inferno verde”:

A imensidão amazônica induz o homem a pensar no seu grande destino. A estrada que leva ao céu deve ser uma imensa e vasta transamazônica rasgada por deus no coração dos homens que sabem sacrificar-se pelo progresso da humanidade. Amazônia, ontem, página de folclore, hoje, rumo e destinação dos brasileiros que dissipam a assombração do inferno verde com a disciplina do trabalho e prepara o amanhã com a fecunda semente da educação (CINEJORNAL, EP.6-T1,53:16-53:54).

A exaltação da chegada da “civilização” na região amazônica com o intuito de “integrar para não entregar” faz parte do processo de colonização, controle e conquista do Grande Norte, tendo como desafio central incentivar a migração para a região. É nesse contexto de intenso debate sobre os projetos, discursos e interesses acerca da região amazônica que entram em choque – colonizadores e colonizados. Visto que a chegada do “progresso” alterou, conseqüentemente, o modo de vida, as práticas – culturais, econômicas e sociais - das populações que viviam na região alterando as dinâmicas desses grupos. Como exemplificou MATIAS (1991), sobre apropriação da terra dentro da lógica do Estado colonizador, destaca que “quando o capital se apropria da terra, está se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com outro” (MATIAS, 1991. p. 55). A relação entre sociedade e natureza é abalada com a chegada dos “outros” que observam a paisagem da região como obstáculo ao desenvolvimento e a expansão da fronteira agrícola.

A série Transamazônica procura estabelecer narrativas que apresenta o tensionamento entre as diversas vozes que estão presentes no processo de ocupação da região, ou mesmo de domínio e expropriação dos recursos naturais e sociais. Para isso compreenderemos alguns capítulos da série, especificamente que trata da região norte do Tocantins (que na época da construção da rodovia era o norte de Goiás) e como a mesma impactou a região no interfluxo dos rios Araguaia e Tocantins.

“O homem sem terras no Nordeste e a terra sem homens na Amazônia”.

A região amazônica é um campo fecundo para o desenvolvimento produções audiovisuais, como documentários e outras produções cinematográficas sobre a região e as pessoas que ali transitam. De acordo com os escritos de ARAÚJO (2010), particularmente durante a década 1970 - no auge da Ditadura Militar Brasileira - a região Amazônica se transformou em um campo de debate e de interesse na produção fílmica³ de Jorge Bodanzky (1942). A título de exemplo, sobre essa temática citamos a obra: *Iracema - uma Transa Amazônica* (1974), produzida em parceria com o cineasta brasileiro Orlando Senna (1940). Na obra o caráter de denúncia, violação e perda são abordados com sensibilidade e cruza. Em que o tom documental e ficcional se mescla com o objetivo de apresentar a audiência as tramas, entrelaçamentos e a própria complexidade da região que é, determinados níveis, personificada nas personagens. Como contou a MATTOS (2006), sobre a sua relação com a produção do longa em si, destacou que o imaginário da época no que diz respeito à imprensa oficial do período: “não havia uma reportagem, uma imagem sequer sobre o desastre irreversível que essa ocupação estava provocando. A estrada, o maquinário, a derrubada da floresta, tudo era visto como coisa positiva, e não como uma grande devastação” (BODANZKY IN MATTOS, 2006. p.162).

Ao revisitar a temática sobre a Transamazônica, Bodanzky aponta que procurou dar um tom testemunhal à série, visibilizando diversas vozes que estão imbricadas nesse processo que, segundo o diretor: “[...] obra que ligava o nada a lugar nenhum”⁴. Como destacamos anteriormente o recorte na série se concentra em dois episódios apenas, que são os primeiros a serem exibidos. Esses foram selecionados pois atendem a problematização do artigo.

Sobre essas questões, em uma entrevista concedida recentemente, 2021, o diretor comenta que após mais de quatro décadas, desde as gravações de *Iracema*, defende que “os problemas que [o longa] ‘*Iracema*’ coloca – todos! - todos sem exceção, só aumentam. A questão do menor de idade na prostituição, o trabalho escravo, a questão da ocupação do solo, a questão da madeira, os grandes projetos. Todos os temas que o “*Iracema*” aborda só cresceram. Eles só aumentaram e continuam aumentando” (BODANZKY, 2021). Podemos observar a continuidade desses problemas citados pelo diretor em seu trabalho mais recente.

“A região do Araguaia realmente pegou fogo” [Narrador, 24:38 (ep.2, t1)], é que afirmou o diretor Bodanzky em sua série documental - *Transamazônica: uma estrada para o passado* (2021), sobre os conflitos que ocorreram no cerrado durante a segunda metade do século XX no auge do período da ditadura militar brasileiro. Em que das mais diversas regiões do país surge uma horda de migrantes para colonizar a “última fronteira verde” - o Grande Norte, à Amazônia. Como escreverá o antropólogo brasileiro RIBEIRO (2015) a esse respeito:

A Amazônia é, de fato, o maior desafio que o Brasil já enfrentou. Sua ocupação se vem fazendo com uma dinâmica de vigor incomparável [...] Projetos ambiciosos de estradas que atravessam toda a floresta são postos em execução de forma tão inepta que depois de investimentos astronômicos caem no abandono. [...] Uma nova classe política e até uma nova geração de militares, empolgados com o que a exploração econômica da Amazônia pode render, se exacerbam contra os caboclos e contra os índios, que ocupam parte ínfima da floresta, mas se afiguram, aos seus olhos, como obstáculos ao progresso (RIBEIRO, 2015. p. 248)

³ É importante frisar que ao concluir *Iracema* (1974), continuou com a parceria com o também cineasta e “parceiro de front” Orlando Senna em *Gitirana* (1975). Outros trabalhos que merecem destaque por girarem em torno da problemática ambiental: *O Terceiro Milênio* (1982), *No meio do rio, entre as árvores* (2010), *Pandemonium* (2010), *Transanarquia* (2011) e *Sociologia da crise* (2011). *Ruivaldo o homem que salvou a Terra* (2019), *Utopia / Distopia* (2020). A mais recente produção do documentarista é a obra *Amazônia, a nova Minamata?* (2020).

⁴ Disponível em: <http://screamyell.com.br/site/2021/03/07/entrevista-jorge-bodanzky-fala-sobre-a-serie-transamazonica-uma-estrada-para-o-passado-hbo/>. Acesso em: 21 jul. 2021.

Como ressaltamos anteriormente, a região que compreende o Estado do Tocantins pode ser compreendida como uma paisagem (COSGROVE, 1993) e que carrega uma multiplicidade de interesses, discursos, em que há a existência de vários projetos que visam incentivar a colonização da região e a consolidação do projeto desenvolvimentista estruturado nas relações de produção e consumo.

Sobre esse tema, na entrevista concedida aos autores deste artigo⁵, o diretor da produção documental, Jorge Bodanzky (1942), comenta sobre a relação dos cursos d'água para com as populações ribeirinhas da região, em que salienta que:

Os rios são as fronteiras, inclusive as fronteiras de vida mesmo. As pessoas migraram e é interessante que atravessaram o rio Tocantins. Bom, agora, estamos chegando à “terra prometida”, onde corre “leite e mel” que é o mito do Dom Sebastião que tá muito presente no nordestino. E é uma passagem muito bonita quando ele [migrante] passa para o outro lado do rio, onde ele se sente livre e não é perseguido pela polícia etc. As pessoas começam de fato uma nova vida. Então isso era possível antes da Transamazônica. E a transamazônica costurou o Brasil que era um Brasil isolado, fechado e, de repente, pela primeira vez teve a presença do governo (BODANZKY, 2021, 4:41-5:51).

Na perspectiva do diretor, a importância dos rios não se reduz a um elemento geográfico, mas que está intimamente conectado às práticas, dinâmicas e relações que aconteciam e acontecem ainda no âmbito familiar, social e político das populações que habitam a região. Como complementou em sua fala: “O rio era tudo: fonte de alimentação, era o transporte, a vida toda, tanto econômica quanto a social, contudo, passava em função do rio [...]”. (BODANZKY, 2021, 7:38-7:49). Nessa questão, os rios - Tocantins e Araguaia - fazem parte da dinamicidade da região tocaninense, em que os rios são, retornando as ideias de Besse (2014), mas que um espaço geográfico delimitado no mapa, mas carregam sentidos, significados e representações para com as populações que fazem uso - das mais variadas formas - desse recurso hídrico para a subsistência diária e garantir o seu estilo de vida.

Segundo a abordagem defendida por LEONEL (2020), atualmente há uma classificação utilizada sobre os rios que fazem parte do “Grande Norte” – o Tocantins inclusive - em que pese a delimitação de determinadas características a respeito das condições físico-químicas dos cursos d'água. Mediante essa classificação, os rios Araguaia e Tocantins são delimitados como “rios de águas claras”, geralmente os leitos nascem na região central do Brasil, com as nascentes predominantemente no planalto do cerrado. Em níveis químicos, às águas claras dessa região são mais ácidas – quando comparados aos rios de águas pretas (Cururu, Negro) ou águas brancas (Amazonas, Solimões, Juruá, Purus e Madeira) – logo, possuem maior deficiência em sais minerais e têm menos nutrientes, contribuindo para a baixa reprodução de peixes AB’SÁBER (2003).

Contudo, os rios são utilizados pela população como território de sociabilidade, de entretenimento e de comércio. Novamente, como é uma região de “trânsito”, e de “fronteira” e localizado no “centro” do país, o Estado do Tocantins representa um território com particularidades, dinâmicas e territorialidades específicas, visto que tanto a população urbana quanto a rural mesclam-se no sentido de compartilhar de tradições, práticas e símbolos de dentro e fora do ambiente tocaninense. Como dissertou SANTOS (2002): “Cada lugar é, à sua maneira, o mundo [...], mas também, cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais. A uma maior globalidade, corresponde uma maior individualidade” (SANTOS, 2002. p. 314)

Enquanto, o bioma presente no território possui características de Cerrado – ao tempo que possui faixas da vegetação amazônica - e que denotam uma biodiversidade bastante peculiar à região. Segundo o relatório Biomas e Sistemas costeiro-marinho do Brasil, publicado em 2019, o cerrado possui características singulares:

5 A entrevista com o diretor da série foi realizada no dia 05 de maio de 2021 via aplicativo de comunicação.

A heterogeneidade ambiental do Bioma Cerrado está refletida na sua biota, que por muito tempo foi considerada pobre, mas que recentemente passou a ser reconhecida como uma das mais ricas do mundo. Estima-se que uma em cada três espécies de plantas nativas da região é utilizada de alguma forma pelo homem. Centenas de espécies de plantas do Cerrado são exploradas há séculos pelos indígenas e pelos colonizadores como alimento, remédio, forragem, plantas usadas em paisagismo, pasto apícola, material de construção e matéria-prima para artesanato e para obtenção de fibras, óleo, tanino e outros produtos. (IBGE, 2019. p. 157)

Como fica explicitado na fala do entrevistado Aldenor Moreira de Oliveira, conhecido como seu “Dodô”, é um pequeno agricultor que residia, na época da gravação do documentário, na cidade de Estreito no Estado do Maranhão, município que faz divisa com o estado do Tocantins. Aldenor comenta que:

Os caminhos que nos viam eram caminhos estreitos, né, porque algumas pessoas lá do Ceará, que vinha do Ceará, que vinha do Rio Grande do Norte, da Paraíba, muita gente aventurava né, caçar garimpo pra trabalhar e vinham de pés mesmos. Muitos vinham montados, outros vinham de pé tocando. Nós saímos de lá do Ceará. Quando saímos de lá eram 6 horas da manhã. Mutemos todo mundo, minha mãe num burro, meu pai noutro [e] eu vinha noutro burrinho - que eu já tinha 12 anos. Aí nós atravessamos aí, esse tempo aí. (TRANSAMAZÔNICA, 2021, 50:30-50:48).

Outro personagem que merece destaque é José Maria da Silva, na época da gravação da sua fala em 2016, residia na cidade de São Domingos do Araguaia, no Estado do Pará. Tendo como principal atividade a agricultura, José Maria rememora a sensação que teve ao olhar de perto a imensidão dos rios:

[...] Tá os dois rios, o cara falou pra mim, olha, eu tinha mais ou menos assim 14 anos, nos caçava juntos. Aí ele tinha um livro do primeiro, do princípio. E ele disse que a ideia de chegar uma época que o cara ia atravessar o rio Araguaia de animal, empurrando (?) poeira. Cansou de falar no velho testamento, e tinha o velho e tinha o novo. Ah, mentira, é porque você bebe cachaça, e amostrava mesmo a bíblia. Ele morreu. E aí a gente tá vendo as coisas. A gente tá vendo que vai acontecendo. Não é verdade? (TRANSAMAZÔNICA, 2021. 20:18-20:59).

Após longa peregrinação, o francês Emmanuel Wambergue, conhecido como “Manu”, um imigrante europeu que encontrou na região amazônica - na cidade de Marabá/PA, um lugar para chamar de seu, contou a direção do documentário que:

Meu pai dizia assim: é bom ser imigrante porque a gente vai no novo, a gente não tem o peso do passado e que o verdadeiro emigrante só vai para frente, nunca vai para trás. E eu achei essa mesma coisa aqui, principalmente com os nordestinos. Que naquele tempo a grande maioria vinha do Maranhão, que vinha do Ceará, do Piauí. 70%! Eu tive a sorte de conhecer um “velho crente”. Ele veio na época das profecias do Padre Cícero. As bandeiras verdes era gente que tava fugindo da seca. Assim que ele falava, mas ele falava também que estavam fugindo das “cercas”. Da seca da cerca. Eu me lembro muito bem desse termo que ele disse. “Fugindo da cerca”, do latifúndio.

Pegavam uma bandeira com uma cruz verde dizendo que depois do grande rio, era a “Terra Prometida”. Interpretaram, naquele tempo, que o Araguaia era a Terra Prometida. Se tu vê nessa beira rio o que tem de Canaã, Palestina [cidades da região norte] e de nome de santo. Era realmente essa ideia de que pra cá era a Terra Prometida, a terra onde corre o leite e o mel, e toda aquela história toda. (TRANSAMAZÔNICA, 2021, 21:07-22:37).

Essa característica mística para com o rio enquanto fronteira a ser conquistada de um novo começo, de uma nova vida por meio da chegada à “terra prometida”. Essa representação movimentava o imaginário de vários que se aventuraram no grande norte a fim de obter a possibilidade de uma vida melhor. Como salienta Bodanzky (2021) no documentário: “Na história do Brasil principalmente do Nordeste muitas revoltas e lutas pela terra foram regadas com muitas doses de misticismo e devoção religiosa. A Transamazônica foi um terreno fértil para esse messianismo, acho que porque todos de uma forma ou de outra estavam buscando alguma redenção”. (TRANSAMAZÔNICA, 2021, 19:53-20:15).

Nesse sentido, a fala de José Genoíno Neto militante político que avalia que a região amazônica possui uma espiritualidade própria, visto que:

Era uma região que as pessoas iam pra lá para se livrar de algum problema que acontecia no Nordeste ou em Goiás ou no Maranhão. Aí dizia o seguinte: atravessou o Araguaia e você tá livre. E eles falavam que a lenda do padre Cícero, e que o Araguaia era um grande divisor de proteção das pessoas porque tinha a selva. E ninguém encontrava ninguém na selva. E dizia-se que nos anos 70 que o Araguaia ia pegar fogo porque ia surgir uma guerra, e quem não atravessa-se o Araguaia até os anos 70, não atravessaria mais porque iria virar fogo as águas do Araguaia. (TRANSAMAZÔNICA, 2021, 22:49- 24:03).

Visão compartilhada por KRENACK (2020), na medida que “[...] quando nós [comunidades tradicionais] falamos que o nosso rio é sagrado, as pessoas dizem: ‘Isso é algum folclore deles’; quando dizemos que a montanha está mostrando que vai chover e que esse dia vai ser um dia próspero, um dia bom, eles dizem: ‘Não, uma montanha não fala nada’” (KRENACK, 2020. p. 49). Por fim, as falas aqui selecionadas acerca da região que compõe a paisagem do interflúvio - rios Tocantins e Araguaia - além de estarem dentro de uma lógica de produção, possuem características que formaram no imaginário coletivo representações sobre o modo de ser e ver na região.

Os rios - observados como obstáculo ao progresso brasileiro no século XX ou como fronteira a ser colonizada pelo neoextrativismo no novo milênio - são considerados sagrados, dignos de culto, cura e admiração pelas populações tradicionais e ribeirinhos, ao tempo que para os imigrados os rios são analisados como instrumentos úteis para navegação e para a prática comercial. Mas o que os discursos aqui recortados têm em comum é o tratamento dado à região, geralmente como um espaço de subsistência às comunidades que vivem e transitam pelo Cerrado. Para os migrantes é um território direcionado à redenção da “alma” e de iniciação para novos começos, como um éden convidativo que emana da “terra virgem leite e mel”. Para o governo militar um grande “inferno verde”, uma terra sem homens onde habita-se feras primais e sociedades sem história; para o agronegócio, uma paisagem a ser modificada para os interesses do grande capital na capitalização da natureza. O que permanece além desses discursos, projetos e representações dessa região são os múltiplos sentidos acerca do que significa “ser” e “viver” entre os rios do Cerrado.

O Estado do Tocantins passou por processos de ocupação e transformações advindos de projetos estatais como a construção da rodovia Belém-Brasília no governo de Juscelino Kubistcek na década de 50 e também dos impactos da rodovia Transamazônica na década de 70/80 como se procurou discutir no artigo.

Considerações Finais

Neste artigo procuramos compreender como o processo de colonização da região que compreende o cerrado tocantinense mobilizou diferentes estruturas, personagens e agentes por meio da implementação da Transamazônica. Com o foco centrado em discutir como a série Transamazônica: uma estrada para o passado abordou áudio visualmente temas sobre a região e os rios foram peças centrais nesse debate. Nesta abordagem a série produziu e reproduziu paisagens e representações também sobre essa região. O destaque central diz respeito aos discursos que foram produzidos na época sobre a região - primeiramente como um paraíso a ser conquistado e posteriormente como um “inferno verde” a ser civilizado - e como a região (compreende-se a população residente no território) necessitava ser “civilizada” e inserida no processo produtivo; em que as populações deveriam produzir para atender aos interesses do Estado, leia-se nação, e da expansão do desenvolvimento econômico.

O que permanece, passando-se décadas desde a construção da Transamazônica, é que a região ainda é alvo dos interesses do grande capital - representado pelo neoextrativismo - mas, também como região que carrega a sua própria misticidade, um local onde novos começos e novas possibilidades. Se de fato, a Transamazônica, com todas as suas implicações, contradições e dinâmicas próprias representou um espaço de conflito entre os interesses do Estado em relação às comunidades tradicionais, todavia, também é verdade que possibilitou a entrada de novos personagens - migrantes - para a região. E, novamente, se foi “uma estrada para o passado”, também possibilitou novos recomeços aos sujeitos que encontraram em meios às matas e aos rios, uma estrada para um novo futuro.

Referências

ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. p. 114.

ANDERSON, P. **Brasil à parte**: 1964-2019. Tradução de Alexandre Barbosa de Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 13.

ARÁOS, H. M. O debate sobre o “extrativismo” em tempos de ressaca: a natureza americana e a ordem colonial. In: DILGER, G.; LANG, M. A.; PEREIRA FILHO, J. (Ed.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**: grupo permanente de trabalho sobre alternativas ao desenvolvimento. Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 455.

BESSE, J. **Ver a terra**: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. Tradução Vladimir Bartalini. São Paulo: Perspectiva, 2014. p. 64.

BODANZKY, J. O diretor Jorge Bodanzky fala sobre a série “Transamazônica – Uma Estrada para o Passado” (HBO). [Entrevista concedida a] João Paulo Barreto. **Scream & Yell**. São Paulo. 2021. Disponibilidade em: <http://screamyell.com.br/site/2021/03/07/entrevista-jorge-bodanzky-fala-sobre-a-serie-transamazonica>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: Disponibilidade em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 10 abr. 2021.

CORRÊA, R. L. ; Carl S. ; D. C.: a Paisagem e o Passado. **Espaço Aberto**, v. 4, n. 1, 2014. p. 42.

DE ARAÚJO, M. L. S. Cinema ativista de Jorge Bodanzky—o imaginário profundo de Terceiro Milênio. Manuscrita. **Revista de Crítica Genética**, n. 19, 2010.

DESJARDINS, J. R. **Environmental Ethics**: an introduction to environmental philosophy. 4. ed. Boston: Wadsworth, 2006. p. 130. In: LOURENÇO, D. B. Qual o valor da natureza: uma introdução à ética ambiental. Editora Elefante, 2019.

DESCOLA, P. **Outras naturezas, outras culturas**. Tradução de Cecília Ciscato. São Paulo: Editora 34, 2016. p.44. Disponibilidade em: <https://www.al.to.leg.br/arquivos/7230.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2021.

ELIAS, N. **O processo civilizador**, volume 1: uma história dos costumes. Tradução de Ruy Jungmann. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. p. 178.

GOMIDE, B. B. (Ed.). **Nova antologia do conto russo (1792-1998)**. Editora 34: 2016. p. 493.

HOLANDA, S. B. de. **Visão do paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. Companhia das Letras: São Paulo, 2010. p. 469.

IBGE. (2019). **Biomass e sistema costeiro-marinho do Brasil**: compatível com a escala 1:250.000. IBGE, Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. Rio de Janeiro: IBGE. 168p. (Relatórios metodológicos; v. 45). p. 157.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. p. 49.

LEONEL, M. **A morte social dos rios**: conflitos, natureza e cultura na Amazônia. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2020. p. 100.

MARTINS, J. de S. **Expropriação e violência**. A questão política no campo. 3ªed. São Paulo: Hucitec, 1991. p.55.

MATTOS, C. A. **Jorge Bodanzky**: o homem com câmera. Imprensa Oficial Do Estado, 2006.

MEDEIROS, L. S. O regime empresarial-militar e a questão agrária no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, L. de A. N. (Org.) **O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização; Quarta República (1964-1985)**. vol. 4. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p.191.

MEDEIROS, R. M. V. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, M. Aurélio; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p.217.

PICOLI, F. **O capital e a devastação do capital da Amazônia**. 3. ed. São Paulo: Expressão popular, 2006. p. 49

PRADO, M. L. C. **América Latina no século XIX**: tramas, telas e textos. 2. ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2014. p. 179.

RAMOS, A. R. **Sociedades Indígenas**. São Paulo: Editora Ática, 1986. p. 13.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. Edusp, 2002. p. 314.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. Tradução de Lígia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2019. p. 33.

Transamazônica: uma estrada para o passado. Direção: Fabiano Maciel e Jorge Bodanzky. Brasil: HBO. 2021.